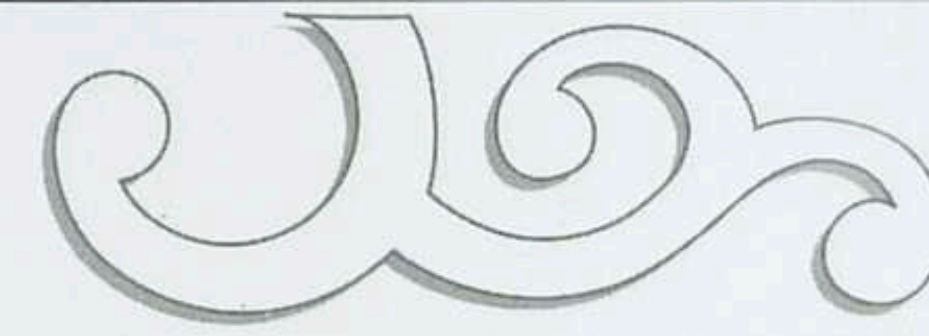


A Casa Palmela e a economia dos rendimentos*

Pedro Urbano
ISCTE



* O texto aqui apresentado é parte da dissertação de mestrado intitulada *A Casa Palmela e o desafio liberal: estratégias de afirmação*, que defendemos em Fevereiro de 2006 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e que foi publicado em Outubro de 2008, com o título *A Casa Palmela*, pela Livros Horizonte.



As condições económicas da aristocracia portuguesa ao longo do século XIX não foram certamente as melhores. De facto, atravessavam uma crise cujas origens vinham de longa data, não sendo consequência imediata da legislação liberal. Nuno Gonçalo Monteiro destacou, no que diz respeito ao Antigo Regime, nomeadamente aos séculos XVII e XVIII, o constante endividamento de diversas casas nobiliárquicas e, a prová-lo, a frequência das hipotecas de rendimentos de bens vinculados, que permitia o pedido de novos empréstimos; os pedidos de prorrogação do prazo de pagamento e, finalmente, a frequência da administração judicial das casas¹.

Para além desta questão, o mesmo Autor sublinhou igualmente a dependência que as Casas aristocráticas apresentavam relativamente aos rendimentos provenientes dos bens da Coroa e comendas que atingiam, não raras vezes, valores na ordem de mais de metade dos seus rendimentos totais, visto não serem possuidores de bens patrimoniais significativos².

Ora, a Monarquia Constitucional e, em concreto, a legislação de Mouzinho da Silveira aboliram os bens da Coroa e as comendas, cuja indemnização só estava prevista a quem não tivesse apoiado o partido de D. Miguel na guerra civil. A aristocracia perdia assim cerca de metade das suas fontes de receita e, na maior parte dos casos, sem direito a indemnizações³, visto a grande maioria ter seguido o partido de D. Miguel.

O liberalismo trouxe também consigo a extinção dos morgados. No entanto, a aristocracia terá conseguido manter a propriedade e o domínio do seu património, embora não saibamos avaliar ao certo em que medida o seu poder económico foi afectado. Efectivamente, a ruptura mais visível foi relativa à abolição de um privilégio, uma vez que a nova legislação consagrava a igualdade do indivíduo, que se manifestava numa alteração do regime jurídico da propriedade. Contudo, esta alteração era única e exclusivamente no plano jurídico e não da propriedade em si, uma vez que esta acabou por se manter como domínio dos seus antigos administradores, ou seja, a nobreza. Nesse sentido, a existir ruptura decorrente da desvinculação, terá sido a nível social e simbólico, uma vez que se traduzia pela perda de um privilégio que caracterizava a elite nobiliária. Aliás, se anteriormente o possuidor de um vínculo detinha um direito de propriedade muito limitado, visto não poder dispor livremente dos bens, vendê-los ou aliená-los, sendo somente o seu administrador, agora tornava-se o seu proprietário, de facto. Assim,

¹ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 368.

² Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 263-264.

³ Cf. IDEM, *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, pp. 152-153.

as consequências funestas que existiram para a situação económica da aristocracia decorrentes da desvinculação terão sido o facto dos bens vinculados, ao se tornarem livres, virem à herança comum e, conseqüentemente, tornarem-se divisíveis entre todos os herdeiros, o que diminuiria o quinhão do primogénito. No entanto, isto iria favorecer os filhos secundogénitos, que estariam em pé de igualdade com o primogénito, sendo esta uma das principais justificações para a abolição dos vínculos, logo com o decreto de 1832.

Neste contexto atrás descrito, será importante perceber a situação da Casa Palmela. Estava, ou não, na mesma posição de carência económica e endividamento que as suas congéneres?

Esta Casa ou a dos Sousas Calharizes, como também foi conhecida, teve a sua origem no século XV, na Casa dos Barões de Alvito⁴, nomeadamente na pessoa de D. Filipe de Sousa, filho secundogénito do primeiro Barão de Alvito, D. João Fernandes da Silveira⁵, e de D. Maria de Sousa Lobo, sua segunda mulher e herdeira da Casa de seu pai.

Embora nunca tendo sido agraciados com a titulação durante todo o Antigo Regime, os Sousas Calharizes foram consolidando a sua importância económica e social, adveniente da posse de cinco importantes vínculos⁶ e de duas comendas⁷, para além do desempenho de variados cargos. Não nos referimos somente ao cargo perpétuo de Capitão da Guarda Real Alemã⁸, mas

⁴ Acerca da fundação desta Casa, vide PELÚCIA, Alexandra, "A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política Imperialista" in *A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, org. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Centro de História de Além-Mar / Instituto de Investigação Científica Tropical, 2004.

⁵ Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*, vol. X, Braga, edição de Carvalhos de Basto, 1992, p. 360; TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genéalogicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1883, p. 398.

⁶ Morgado de Santa Maria dos Olivais; morgado do Calhariz; morgado de Tavira; morgado de Monfalm e morgado da Fonte do Anjo. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genéalogicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, pp. 399, 424 e 443; Cf. *Anuário da nobreza de Portugal*, vol. I, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1950, p. 35.

⁷ Comendas de Santa Maria de Belmonte no bispado da Guarda e S. Salvador de Infesta no bispado de Braga, ambas na ordem de Cristo. Cf. *Anuário da Nobreza de Portugal*, vol. I, p. 35. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genéalogicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 447.

⁸ D. Filipe I de Portugal e II de Espanha quando regressou a Castela, deixou a corporação, então intitulada Guarda de Pé e formada por arqueiros alemães, ao Governador de Portugal, o Cardeal Alberto, Arquiduque da Áustria. O primeiro capitão foi D. Francisco de Sousa, secundogénito da casa dos Sousas Calharizes, através das cartas régias de 10 e 11 de Novembro de 1578, tendo passado o cargo ao ramo varonil como propriedade, a 24 de Agosto de 1669, através de D. Francisco de Sousa (07/08/1631-05/02/1711), que casou com a neta daquele; e incorporada na linha varonil. Cf. *Anuário da Nobreza de Portugal*, vol. I, p. 35; cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genéalogicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 446.

igualmente aos vários cargos que desempenharam como alcaides⁹, governadores das possessões ultramarinas¹⁰, cargos na Corte¹¹ ou ainda o desempenho de cargos da carreira diplomática, quer como Embaixadores, quer como Ministros Plenipotenciários¹².

A nível social é igualmente notória a representação de um título estrangeiro¹³ e também aquilo que Nuno Gonçalo Monteiro realçou, ou seja, a procura desta Casa por outras, para enlances matrimoniais, por se mostrar incólume quanto à pureza de sangue, dentro do contexto do fenómeno puritano¹⁴.

Também prova de uma certa preponderância da família foi a perseguição pombalina que sofreu. Como se sabe, o Marquês de Pombal tentou cercear de variados modos o poder das casas titulares mais importantes de seu tempo e os Sousas Calharizes não foram excepção, o que revela certa proeminência na Corte por parte destes. Por outro lado, o Marquês de Pombal ao ter querido casar o seu segundo filho, o Conde da Redinha com aquela que viria a ser a nora do citado D. Manuel de Sousa, demonstra, de igual modo, a importância desta família no contexto dos seus pares.

Era, pois, uma família da primeira nobreza de Corte no fim do Antigo Regime, sem, no entanto, ter sido agraciada com algum título. Terá sido, certamente, a adaptação à nova ordem liberal que permitiu a consagração desta família, iniciada ainda em finais de Antigo Regime, consequência da actividade política daquele que viria a ser o primeiro titular, D. Pedro de Sousa Holstein, a quem foram outorgados sucessivamente, os títulos de Conde, Marquês e Duque, de juro e herdade. D. Pedro de Sousa Holstein foi uma das figuras activas do Liberalismo português, que alinhou claramente pelo lado de D. Pedro, que o nomeia Par do Reino em 1826, chegando mesmo a ser nomeado Presidente da mesma Câmara em 1833¹⁵.

⁹ Alcaidarias-mores do Crato, Belver, Sertã e Ervededo. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genéalogicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, pp. 447-464.

¹⁰ Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 437-464.

¹¹ Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 422-498.

¹² D. Alexandre de Sousa Holstein desempenhou, em 1785, o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Copenhaga; em 1788 em Berlim, e no ano de 1802, o de Embaixador em Roma. Cf. IDEM, *ibidem*, p. 482.

¹³ Condes de Sanfré no Piemonte pelo casamento de D. Manuel de Sousa com a Princesa Maria Leopoldina de Holstein-Beck, em 4 de Agosto de 1735, avós do primeiro Duque de Palmela. Cf. *Anuário da Nobreza de Portugal*, vol. I, p. 35.

¹⁴ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, p. 135.

¹⁵ Cf. ARANHA, Inocêncio Francisco da Silva Brito, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Ofir - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. (CD - ROM), tomo XVII, p. 5.

Não conhecemos os rendimentos da Casa Palmela durante o Antigo Regime. Apesar de Nuno Gonçalo Monteiro ter analisado os rendimentos de diversas Casas aristocráticas durante o Antigo Regime, não abordou a questão relativamente à Casa Palmela. Deste modo, desconhecemos qual a consequência da abolição dos bens da coroa e ordens nesta Casa.

Por outro lado, as repercussões da legislação desvinculadora para a Casa Palmela foram praticamente nulas, visto que os segundos Duques de Palmela anteciparam estas leis, tendo dividido os bens de suas Casas equitativamente por suas duas únicas filhas.

Para além destes aspectos, há que ter também em consideração duas circunstâncias que terão influenciado em particular a Casa Palmela durante a administração de D. Pedro de Sousa Holstein, decorrentes da situação política que então se vivia. Referimo-nos ao sequestro dos bens da sua Casa por D. Miguel, como retaliação de esta ter seguido o lado liberal, e à emigração do Duque para Inglaterra. Isto significava, claro está, que os rendimentos proporcionados pelos bens que possuía em Portugal não eram por ele recebidos, causando obviamente um desequilíbrio importante na contabilidade da sua Casa. Restavam-lhe os que possuía em Sanfré, Itália.

Quanto à emigração, esta traria despesas extras, como o arrendamento de uma morada, por exemplo. Se, quando se encontrava em Cádiz, como representante da Coroa Portuguesa, estava isento do pagamento da habitação onde residia¹⁶, o mesmo não se passava numa situação de emigração forçada.

De facto, são inúmeras as cartas trocadas entre D. Pedro de Sousa Holstein, e sua mulher, D. Eugénia Telles da Gama, em que a economia doméstica é discutida, pedindo-se a mais “severa economia”. A 4 de Agosto de 1829, D. Eugénia, que se encontrava em Passy, França, com os filhos, escreveu ao marido, D. Pedro, que estava em Inglaterra. Dizia-lhe que “(...) A despesa da Casa este mês foi dalguma coisa menos, e é impossível meu rico, viver mais economicamente do que eu tenho feito, ainda não mal gastei um soldo, e estimo até poder-te provar que quando prometo uma coisa sou capaz de cumprir com a minha palavra (...)”¹⁷.

A poupança a que D. Eugénia se viu obrigada, manteve-se nos anos que se seguiram. A 23 de Fevereiro de 1830, D. Pedro escrevia à mulher, após ter conseguido um crédito de 24 mil

¹⁶ Cf. Carta, Arquivo Histórico-militar, Caixa 196 A.

¹⁷ Correspondência particular, Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Casa Palmela, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 623.

francos: “Deste crédito irás tirando todos os meses o que te for absolutamente preciso com severa economia e deixarás de ora em diante de receber mesada do Daupias, a quem contudo escusas dizer nada a este respeito, pois conto escrever-lhe sexta-feira e remeter-lhe o dinheiro que lhe devo, mas se ele te não tiver ainda pagado a mesada de Março não lha aceites. Estimo dizer-te que fiz os arranjos necessário para desembaraçar as rendas de Sanfré e vou escrever ao primo Manuel dizendo-lhe que te remeta regularmente a ti, tudo quanto poder liquidar das ditas rendas. (...) PS. Torno-te a recomendar a mais severa economia e que ninguém sonhe senão o Conde de Vila Real que tens algum vintenatas, pois no meio da miséria geral dos nossos compatriotas todos te saltariam em cima e não podendo sustentar a todos é preciso ao menos fazer viver os nossos filhos, Portanto peço, e exijo, que não emprestes nada a ninguém e só que sustentem o mano Filipe em a tua casa se ele quiser. Tendo sempre na tua mesa um lugar para os Alvas se a desgraça for tanta que o necessitem e para mais ninguém, porque felizmente os nossos outros irmãos se acham ao abrigo da necessidade”¹⁸.

Assim se percebe que os tempos que se viviam no exílio eram de carência económica, ainda que se conseguissem suportar as despesas domésticas correntes através do recurso ao crédito, o que implicava a existência de contrapartidas que permitissem o seu futuro pagamento. Poucos dias depois, em carta de 26 de Fevereiro de 1830, D. Pedro explica à mulher como resolveu a questão dos credores: “Felizmente os arranjos que fiz deixam-me sem cuidado para a tua subsistência. (...) Vendi aqui tudo inclusive diamantes e prata, (...) e creio que o produto pagará todas as nossas dívidas. Deixo ao nosso Alexandre, que se comporte nesta ocasião como um homem, o encargo de tratar com os credores, (...)”¹⁹.

Enquanto D. Pedro esteve à frente da Regência na ilha Terceira, os problemas económicos mantiveram-se. A preocupação com a economia doméstica era constante, como podemos perceber pela carta dirigida por si a sua mulher, em 2 de Setembro de 1830, visto os 24 mil francos terem já sido gastos: “(...) Não sei bem como será possível continuares a estar em França gastando o dinheiro que gastas. Eu sei que toda a tua despesa é necessária, que fazes a maior economia que podes, que tens de dar de comer a vinte e tantas pessoas, tudo isto eu vejo, mas nem por isso se remove a impossibilidade absoluta em que estou de fornecer para uma tal despesa. Confesso-te que desde que recebi a carta em que me dizes, em data de 22 de Junho, que já estavam gastos os 24 mil francos que te mandei no fim de Fevereiro, tenho estado no maior desassossego, porque vejo que apenas te restam 14 mil francos de Sanfré, os quais pelo

¹⁸ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 48.

¹⁹ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5808, Caixa 235, fol. 403.

mesmo andar isto é a razão pelo menos de cinco mil francos por mês apenas te chegam até ao fim de Setembro, e não sei quando o primo Manuel poderá mandar mais algum dinheiro. Por outra parte o Alexandre escreve-me que só para o fim de Outubro se acabarão de pagar as dívidas e eu fui obrigado daqui a fazer sobre ele saques pouco mais ou menos por 150 £, de modo que só para Dezembro é que ficará desembaraçada a mesada que o Tomás lá lhe entrega. Ora esta mesada tem sido até agora de 150 £ e poderá continuar assim até ao fim do ano, mas não por mais tempo, porque o meu ordenado está agora reduzido a 140 £ em tudo e por tudo e estar com a metade em papel e perdas de cambio de modo que não é possível por mais que eu reduza aqui a minha despesa a dar-te mais de dois mil francos por mês, os quais com vinte mil francos anuais que o primo Manuel te pode mandar fazem em tudo 44 mil francos por ano e é indispensável que seja como for reduzas a tua despesa a isso. Eu lisonjeava-me que com 45 mil francos poderia ceder a tua despesa até ao mês de Fevereiro próximo, e agora vejo que gastarás quinze mil francos mais e não sei de todo ainda se tira, pois bem sabes que nem nos resta mais um trapo para vender. Eu gasto aqui o menos possível mas sendo preciso pagar a metade da despesa da mesa do Conde de Vila Flor importa-me ao menos um mês por outro a mesma despesa com 300 mil reis, porque dela comem o Conde e mais umas poucas de pessoas (...)”²⁰. De facto, como rendimentos certos, os Duques de Palmela apenas podiam dispor do ordenado de D. Pedro e das rendas das propriedades de Sanfré, no Piemonte. Podiam ainda recorrer a um ou outro crédito. Sobre as suas contas pesava também a comensalidade, tão típica durante o Antigo Regime e que ainda se mantinha no século XIX. Ainda que D. Eugénia tivesse à data 10 filhos sobreviventes, tinha mais do dobro de pessoas à sua mesa para sustentar, o que também acontecia com o Duque de Palmela, que sustentava também o Duque da Terceira, António José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha (1792-1860), então Conde de Vila Flor, para além de outras pessoas não mencionadas.

Em resposta a esta carta, D. Eugénia tranquilizava o marido, em missiva de 21 de Novembro de 1830: “É verdade que tenho gasto muito mas tenho ainda dinheiro. O Primo Manuel vai-me mandar 5000 francos e tenho ainda 3500 na mão do Banqueiro. Já mandei dizer ao Alexandre que da mesada de Outubro me mandasse 200 £ assim bem vês que ainda tenho bastante, e vou fazer a diligência para gastar muito menos na casa, e só quase e comer e vestir e isto é pouco porque tanto eu como os pequenos viemos muito bem vestidos de Londres, o calçado é remendado, enfim fazemos e faremos a diligência para que não seja preciso que tu te empenhes mais, mas lembra-te que tu ainda por cá tens muitos amigos, e que se eu pedisse alguma quantia que fosse acharia com toda a certeza quem mo emprestasse mas espero em Deus não precisar

²⁰ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5808, Caixa 235, fol. 473.

(...) não te faças mais aflições a nosso respeito bem te basta já as que tens. (...)”²¹.

Contudo, em carta do dia seguinte, datada de 22 de Novembro de 1830, o discurso mudava de tom: “A respeito das minhas finanças não sei o que te diga, pois tenho gasto muito e não sei quase em quê, pois que faço a vida o mais regular e a economia que é possível, mas eu deveras por melhor vontade que tenha não sei fazer economias mas não há coisa pior do que não ter absolutamente jeito para uma coisa porque por mais diligência que se faça nunca se faz bem, e depois ando às vezes tão aflito que nem cabeça tenho para fazer contas. Hoje tive de usar do banqueiro o meu último dinheiro, mas espero que o primo Manuel me mande algum e o Alexandre também me há-de mandar de Londres, e com isso não fiques lá aflito, a nosso respeito. Os ordenados levam-me muito, mas não tenho tido ânimo de os diminuir, porque no fim, não é tamanha para menos a diferença, e os criados 40 francos a mais ou menos faz-lhes muita diferença e coitados fazem-me dó. É verdade que tenho muita gente em casa, mas no comer é talvez coisa em que talvez gaste menos a proporção, e mesmo já me tenho reduzido na mesa, e em tudo mais tenho feito a diligência, mas torno a dizer não me sei governar e o que tenho tido se tivesse sido bem governado teria chegado para muito mais tempo e não fazes ideia como isto me aflige, e entristece, e junto com as outras coisas que já tenho, e as saudades e o cuidado em que sempre estou a teu respeito parece, e num estado terrível e tenho até envelhecido (...).”²² Assim, para além da comensalidade, que apesar de elevada, não seria o principal motivo para a falta de liquidez, eram sobretudo os ordenados gastos com o pessoal que, segundo a Duquesa, lhe causava maior o rombo no orçamento.

Uma das hipóteses levantadas por D. Pedro, em Abril de 1831, para fazer face às despesas, é a de a família ir viver para Sanfré, ou para uma província de França²³, o que parece indiciar que os gastos com a habitação, ou com o estilo de vida de uma capital seriam demasiado elevados. Ainda assim, seria em Paris onde D. Eugénia se instalaria, conforme esta carta de 9 de Setembro de 1832: “Tomei uma casa na rua de La Femme des Matharins, n.º 3, não é má, custa 300 francos por mês e posso ter aos meses, o que é uma grande coisa, porque se as coisas mudam dum instante para o outro posso largar logo a casa. Não ficamos muito à larga, por exemplo eu devo dormir com a Eugénia e a Teresa para se poder fazer school room do quarto da Maria Ana, que fica ao pé da Mrs Wallace. Isto são pequenos inconvenientes, mas vale a pena pelo preço da casa. Faço tenção de mudar no princípio da semana e as pequenas um ou

²¹ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 925.

²² Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 949.

²³ Cf. Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5808, Caixa 235, fol. 589.

dois dias depois. Tenho que pagar 15 dias da pensão, mas não podia deixar de ser. Tornei ontem a fazer a conta ao dinheiro que tenho que gastar por mês e parece-me que não me bastam só os 2000 francos, como eu queria, mas talvez que não seja preciso gastar os 2500. Agora vou tomar uma cozinheira e com o Charles não preciso de mais ninguém. Este coitado tem servido optimamente e faz muito bem de comer, mas não me faz conta que ele fique cozinheiro porque ele há-de querer quem o ajude para lavar a louça e outro homem para fazer os quartos, em vez que uma mulher na cozinha faz tudo quanto há a fazer e mesmo ajuda para mais alguma coisa se poder.”²⁴ A estratégia de economizar passava, pois, por uma mudança para uma casa mais pequena e com uma renda menor, para além de ter o mínimo de criados domésticos, de modo a ter de pagar o menor número de ordenados possível.

No entanto, havia sempre gastos extraordinários, como a educação das crianças, como podemos observar nesta carta de 16 de Novembro de 1832: “Se te não tenho falado mais vezes nos meus arranjos pecuniários é porque não tenho nada de novo a dizer-te. Vou andando muito bem com os 2500 francos, já por duas vezes tenho tido dois extraordinários: um para pagar as pensões dos pequenos, e a outra para ir para St Germain; (...) Podes estar descansado que não hei-de mexer nos dez mil francos que guardo em caso extraordinário. Já te mandei dizer que o Charles tinha ficado cozinheiro e depois de custear duas cozinheiras vejo que é o que me faz mais economia porque à melhor sempre lhe ficava alguma coisa pegada aos dedos. Tenho então outro homem a quem dou 30 francos por mês e que me faz tudo o mais. Eu tenho muito boa vontade de fazer economias mas bem sabes que ninguém tem menos jeito. (...)”²⁵.

Entretanto, os créditos continuavam a ser pedidos, conforme esta carta de 27 de Janeiro de 1837. “Já me foi apresentada a tua letra de £500 a 90 dias e foi por mim aceite assim como o será a outra. Mas não te dês para o futuro a nenhum cuidado nem trabalho para prolongar assim de um mês o prazo do vencimento das letras. Isso não me importa, tanto assim que vou pagar esta letra antes do vencimento. (...)”²⁶

Todavia, algo tinha mudado relativamente às economias dos Duques de Palmela, como podemos observar mais adiante, na mesma carta: “Não nos há-de faltar já agora se Deus quiser, e se o Domingos e a Maria Luísa tiverem vida, coisa nenhuma nem havemos de sofrer mais os apertos e vexames pelos quais tantas vezes tenho passado nem a dependência de empregos públicos, o que é ainda mais de estimar. Antes pelo contrário, teremos dentro de dois anos a nossa casa

²⁴ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 204.

²⁵ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 270.

²⁶ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 120.

perfeitamente desembaraçada e a renda do Domingos inteiramente livre.”²⁷. Por outras palavras, o casamento de D. Domingos de Sousa Holstein, então herdeiro presuntivo da Casa Palmela com D. Maria Luísa Noronha Sampaio, filha segunda do primeiro Conde da Póvoa e Barão de Teixeira, – nesta altura ainda não era herdeira da Casa de seu pai, pois seu irmão primogénito ainda vivia – mostrava-se já proveitoso a nível económico para os Duques de Palmela, pelo menos num futuro próximo, o que permitiria a D. Pedro retirar-se da vida pública.

Efectivamente, este casamento foi um acontecimento que provocou um grande alarido nos tribunais, na imprensa e na própria família, atendendo às diversas tentativas de dissolução deste consórcio por parte dos tios paternos de D. Maria Luísa e as medidas tomadas pela Casa Palmela para o evitar. Em questão, a elevada fortuna do Conde da Póvoa, considerada à época uma das maiores do país.

De facto, os ganhos simbólicos decorrentes deste consórcio foram completamente suplantados pelos interesses económicos e as vantagens materiais que dele decorreriam, atendendo a que a Casa da Póvoa era uma casa de nobreza recente, não sendo habitual por parte da Casa Palmela, na política matrimonial que seguiu, uma aliança deste tipo.

É numa carta de sete de Agosto de 1833, de D. Pedro de Sousa Holstein para a sua mulher, onde refere o pedido da mão de D. Maria Luísa, que pela primeira vez são mencionados os interesses de ordem económica por detrás desse consórcio: “Saberás que me resolvi a aproveitar estes primeiros momentos para pedir a filha do Conde da Póvoa para um dos nossos filhos e tenho já a promessa que vou tratar de assegurar por um contrato. Não quis declarar para qual dos dois porque me pareceu que devia esperar por ti para essa decisão. A pequena tem 7 anos, é galante e terá de dote 5 para 6 milhões de cruzados, isto é para cima de oitocentos mil francos de renda”²⁸. Isto não é para desprezar mesmo para o Domingos, porque um ducado sem vinténs é triste coisa, mas enfim, se por espírito de aristocracia quiseses antes que seja para o Manuel arranjar a coisa de modo que poderá para qualquer dos dois. Tua mãe já sabe isto e pende para o Manuel, eu confesso que acharia mais razoável que fosse o Domingos, tu decidirás. A condessa da Póvoa já disse ao Imperador que desejava isso muito.”²⁹.

²⁷ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 120.

²⁸ Correspondência entre 2.000.000\$000 e 2.400.000\$000.

²⁹ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5809, Caixa 235, fol. 1238. Jorge Forjaz é de opinião que o casamento fora propiciado pelo próprio Duque de Bragança, como forma de remunerar D. Pedro de Sousa Holstein pelos serviços prestados, sem ter, para isso, de desperdiçar qualquer dinheiro. Cf. FORJAZ, Jorge, *Os Teixeira de Sampaio da Ilha Terceira*, p. 103.

Além disso, o motivo de ordem económica é reiterado numa carta posterior, ainda de Agosto de 1833, em que D. Pedro diz à mulher “*que não repugne com a consciência tratar de assegurar uma fortuna pecuniária nestes tempos de revolução*”³⁰. Falava a experiência de serem emigrados, que passaram por dificuldades financeiras, e de uma nobreza que já vira os seus bens arrestados por razões políticas, como tinha acontecido durante o seu desterro em Borba.

Seria apenas em 1839 que a situação relativa ao casamento de D. Domingos e D. Maria Luísa estaria resolvida e a situação económica da casa Palmela sanada, ou melhor dizendo, o casamento de D. Domingos e D. Maria Luísa estaria efectivado, como se pode constatar pela carta que D. Pedro de Sousa Holstein enviou à mulher, em 17 de Janeiro de 1839: “*Não te aflijas demasiado com as questão de dinheiro porque se a grande questão se acabar com efeito para Abril daqui até lá sempre nos poderemos arranjar metendo agulhas por alfinetes.*”³¹ De facto, seria em Abril de 1839 que o casamento dos Marqueses do Faial seria ratificado, e D. Maria Luísa emancipada pelo casamento, podendo passar a administração da sua casa para sua mão.

Neste sentido, importa compreender efectivamente os ganhos materiais resultantes deste casamento, no qual o primeiro Duque tanto se empenhou. Para tal, analisaremos um mapa relativo ao ano de 1854, com o objectivo de perceber os rendimentos auferidos. Por esta altura, as questões pendentes relativas ao casamento em questão já estariam resolvidas e os bens da Casa Palmela administrados por D. Domingos, uma vez que D. Pedro de Sousa Holstein já tinha morrido, ao passo que a Casa Póvoa seria administrada por sua mulher, D. Maria Luísa.

O mapa dos rendimentos das Casas Palmela e Póvoa para o ano de 1854 faz a descrição das acções e também dos bens imóveis, constituídos por propriedades urbanas e rústicas, pertencentes a cada uma das Casas, o que nos permite a respectiva comparação. Para além dos rendimentos, são referidos também os encargos a que os bens estavam sujeitos, encontrando-se divididos entre foros; díizimos e cóngruas; seguros, obras e outras despesas³².

Como podemos observar no **Gráfico I**, verificamos que os rendimentos brutos auferidos pela Casa Póvoa são quase quatro vezes mais relativamente aos da Casa Palmela. De facto, os daquela atingem os 38.124\$200, enquanto a Casa Palmela fica-se pelos 10.009\$340 de

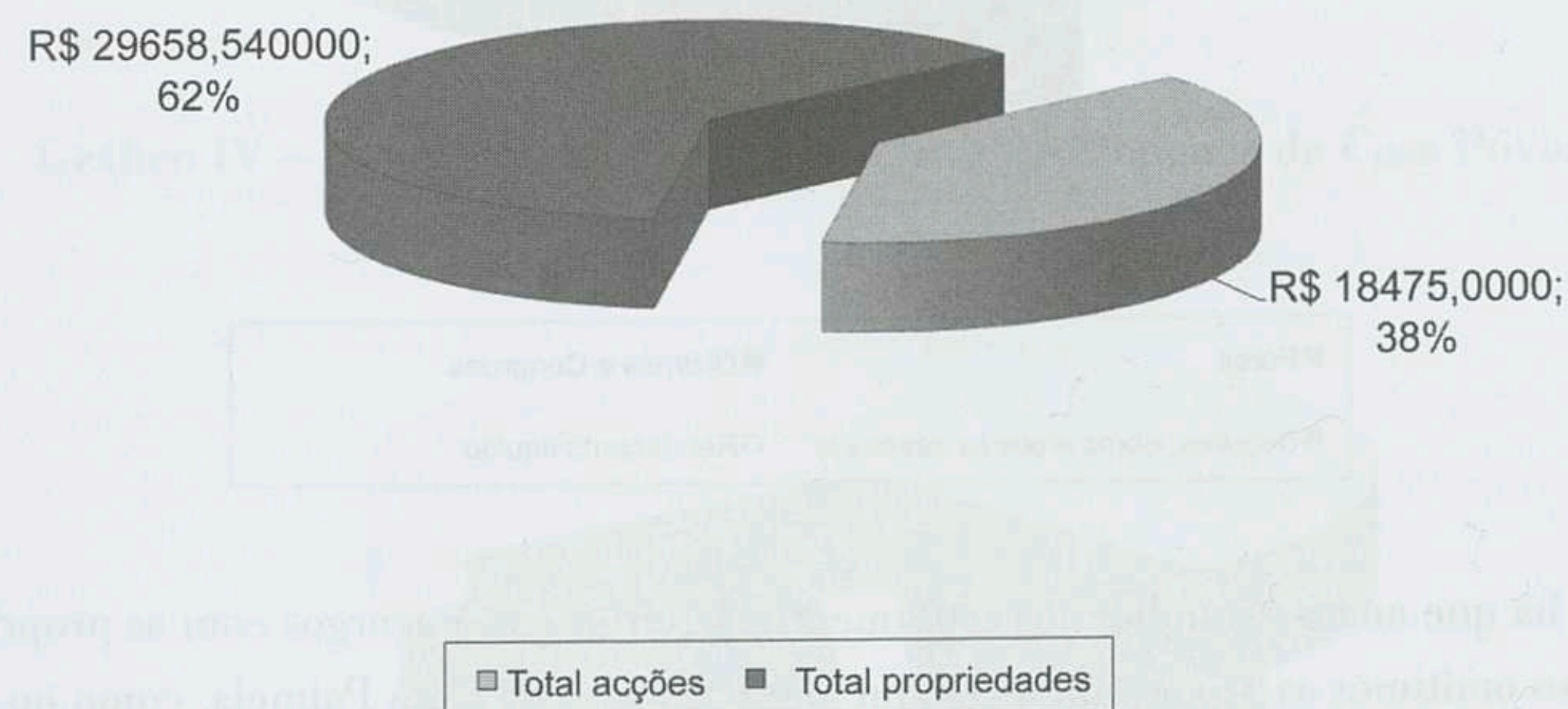
³⁰ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5809, Caixa 235, fol. 1258.

³¹ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 184.

³² Mapa Geral dos rendimentos de todos os bens e propriedades em Portugal Casas de Palmela e Póvoa, organizado em 31 de Agosto de 1854, IAN/TT, ACP, Microfilme 5672, Caixa 115, fol. 242.

rendimento anual, o que equivalia, respectivamente, a 0,35% e 0,09%, da receita ordinária do orçamento do Estado Português para o ano de 1854-1855³³.

Gráfico I – Rendimentos brutos de todos os bens e propriedades em Portugal em 1854

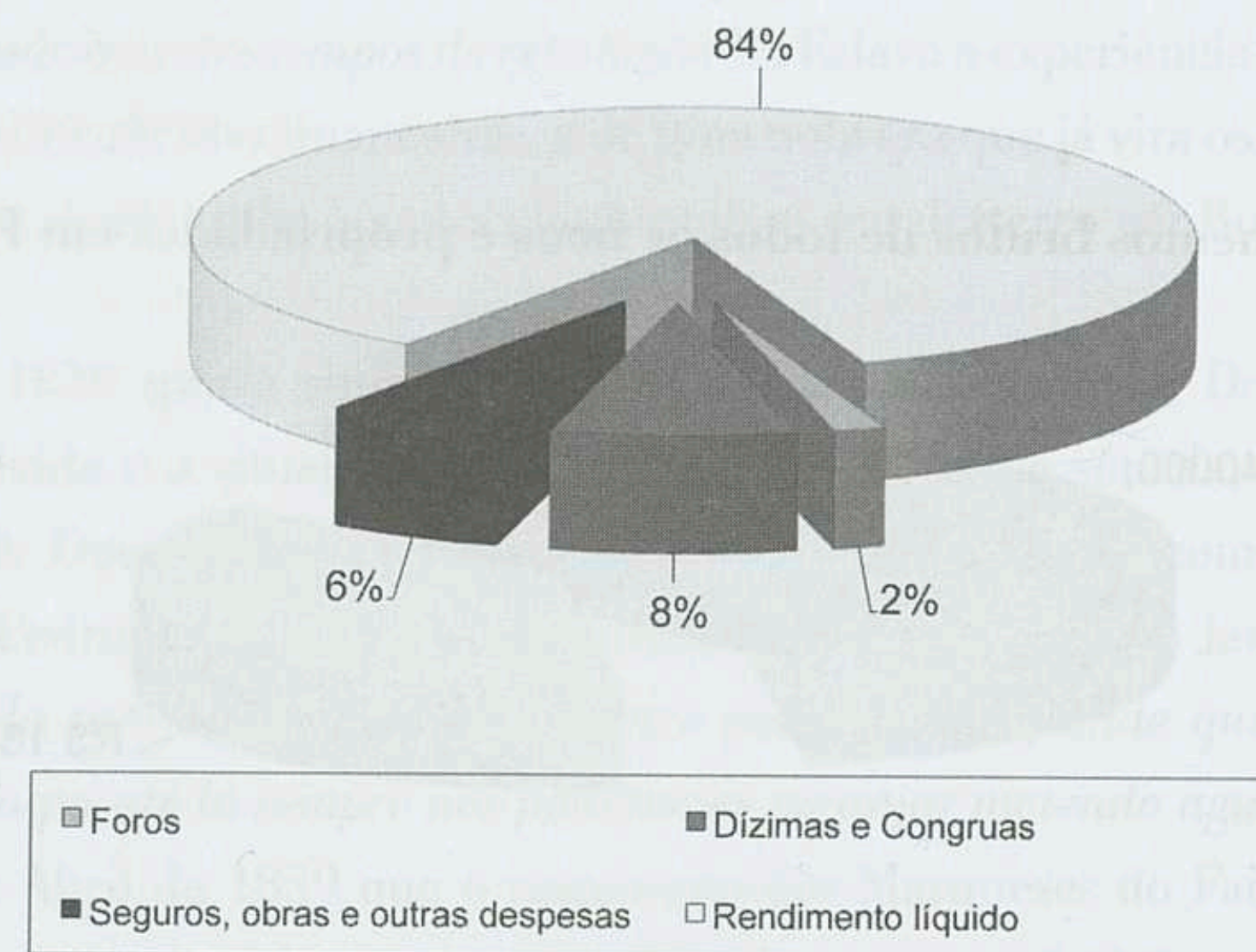


Aliás, só por si, o rendimento das acções da Casa Póvoa excedia todos os rendimentos da Casa Palmela. Além disso, esta casa apresentava um peso bastante superior dos rendimentos gerados pelas propriedades, relativamente ao das acções. No caso da Casa Póvoa, esse peso estaria em maior equilíbrio, o que nos permite afirmar que a Casa Palmela estava muito mais dependente financeiramente da posse de propriedades rústicas ou urbanas que a Casa Póvoa.

No conjunto das duas casas, e de acordo com o **Gráfico II**, facilmente verificamos que os rendimentos provinham, na maioria, de propriedades, embora os gerados por acções não fossem, de todo, desprezíveis, o que nos leva a dizer que, apesar de ainda se mostrar dependente da posse da terra, como acontecia com a aristocracia portuguesa de finais de Antigo Regime, as Casas reunidas de Palmela e Póvoa eram detentoras de outras formas de capitalização de fortunas, como o investimento em acções de diversas companhias.

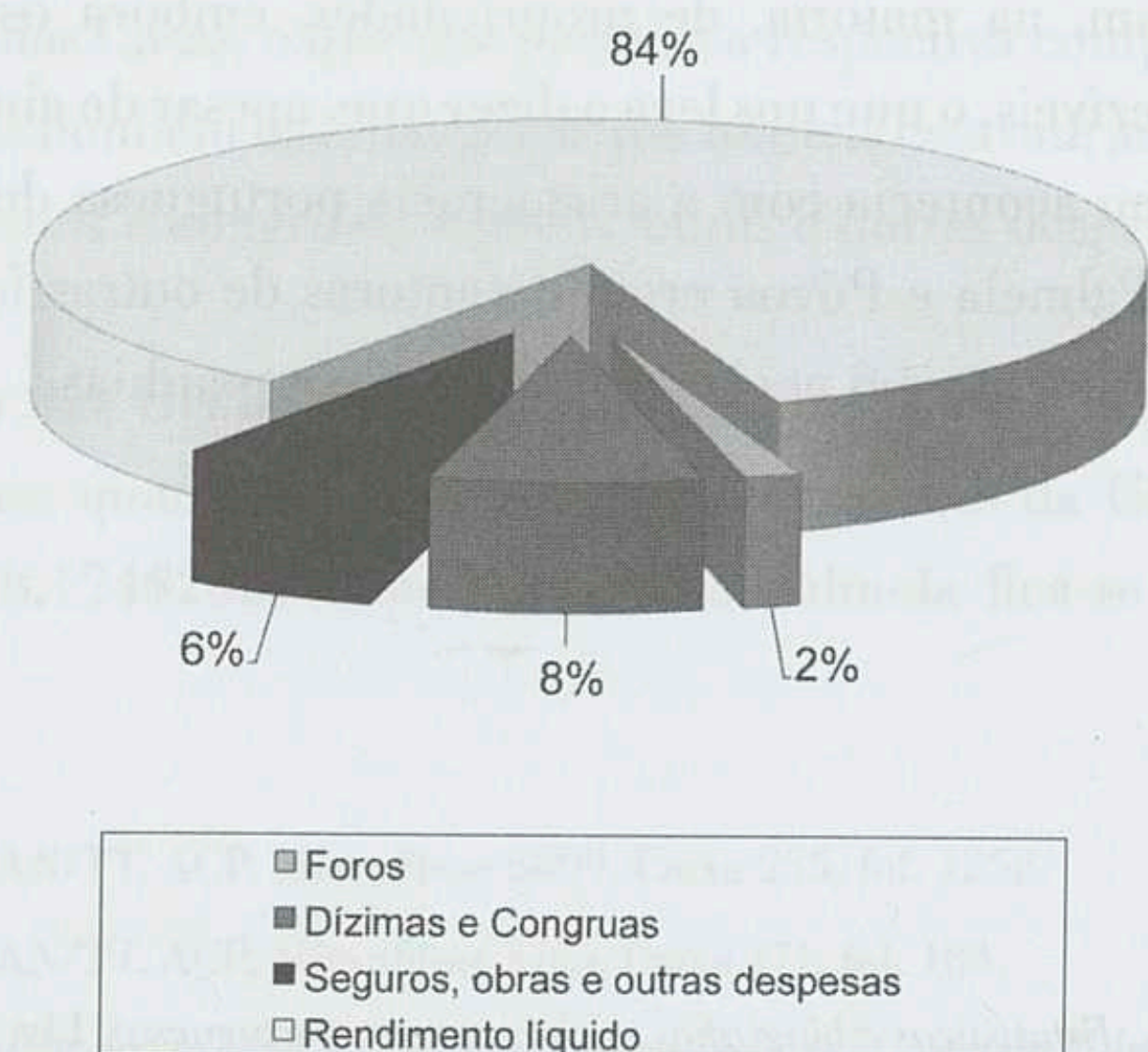
³³ CLEMENTE, Barão de S., *Estatísticas e biografias parlamentares portuguesas*, Liv. 1, Porto, Tipografia do Comércio do Porto, 1887, p. 503.

Gráfico II – Origem dos Rendimentos brutos das Casas Palmela e Póvoa



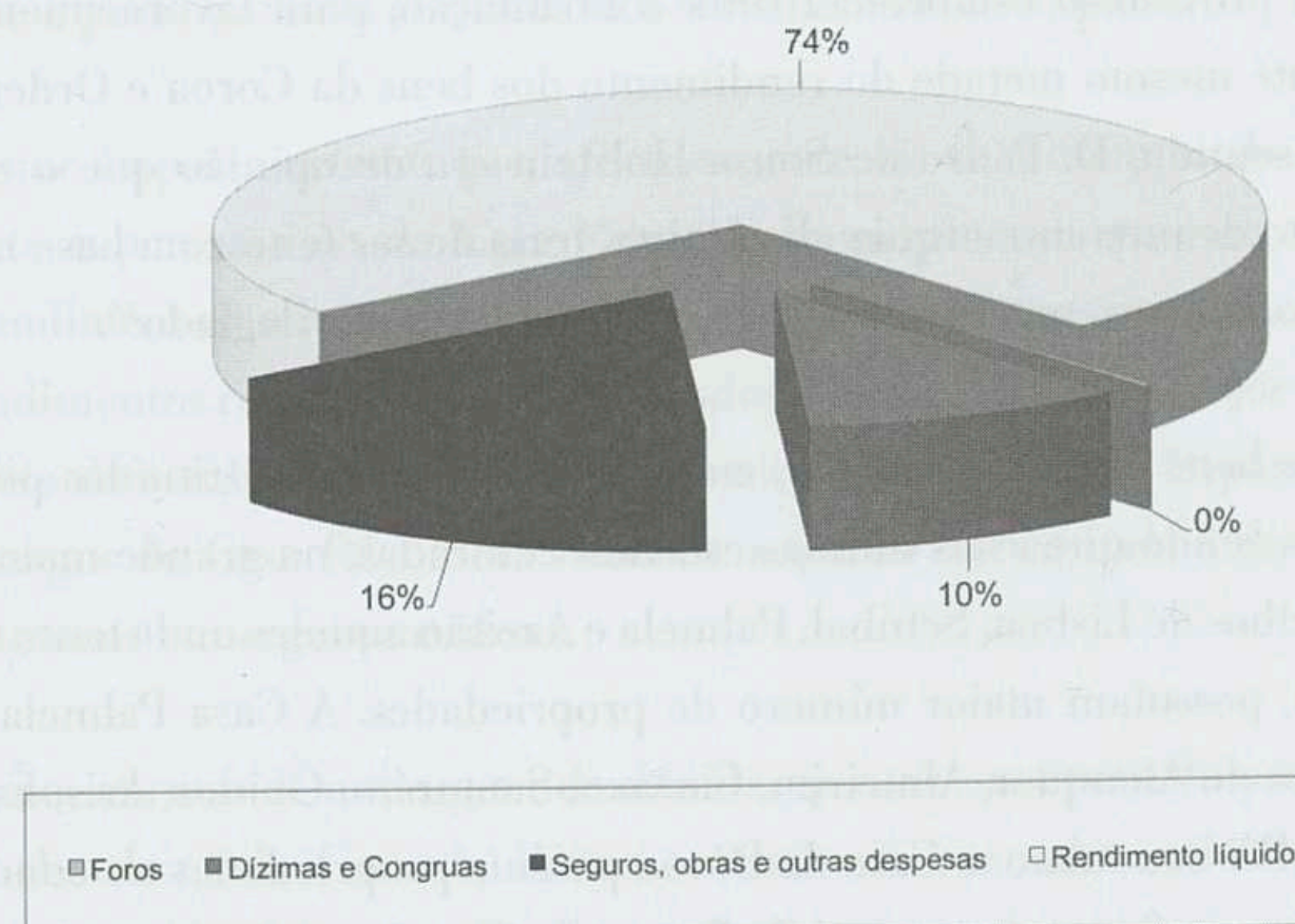
Todavia, há que analisar também os rendimentos líquidos e os encargos com as propriedades. Neste caso omitimos as acções, uma vez que tanto no caso da Casa Palmela, como no da Casa da Póvoa, o rendimento bruto proveniente das acções é equivalente ao líquido.

Gráfico III – Rendimentos e Encargos das Propriedades da Casa Palmela



Como podemos observar nos Gráfico III e Gráfico IV, em termos relativos, a Casa Palmela apresenta um rendimento líquido (84%) superior à Casa Póvoa (74%), o que se explica pelos encargos serem menores. Isto pode significar a existência de uma maior liquidez por parte da Casa Póvoa, que permite a realização deste tipo de despesas. De facto, se compararmos as restantes despesas, relativas a gastos obrigatórios – foros, dízimas e congruas, verificamos que estão reservados em ambos dos casos, 10% relativamente ao rendimento bruto.

Gráfico IV – Rendimentos e Encargos das Propriedades da Casa Póvoa



O Mapa de Rendimentos das Casas Palmela e Póvoa permite, ainda, outras conclusões. De facto, a Casa Palmela é investidora numa maior variedade de empresas do que a Casa Póvoa. Efectivamente, esta possuía 381 acções do Banco de Portugal, uma vez que o primeiro Conde da Póvoa fora um dos seus principais fundadores, e 407 inscrições de 3%. Por seu turno, a Casa Palmela, relativamente às acções que possuíam dividendos, tinha 75 acções da Companhia da Vala da Azambuja de que, como vimos, D. Domingos foi o principal accionista; 26 acções da União Comercial; 6 da Companhia Fidelidade e 1 acção da Ponte Pênsil, perfazendo um total de 108. A estas vinham-se juntar as acções das Companhias sem dividendos: 63 da Companhia das Pescarias Lisbonense, 40 da segunda emissão da Ponte Pênsil; 35 acções da Companhia de Lanifícios de Patente; 5 da Companhia Fabril de Louça; uma acção da Companhia das Minas Azougue e, finalmente, 10 acções na Nova Empresa de Navegação a Vapor, perfazendo por isso um total de 154 de acções sem dividendos. Trata-se de um comportamento mais seguro, investindo pouco no maior número possível de companhias diferentes e de diversos

sectores: transportes, seguros, exploração mineira e indústria, sendo superior o investimento no sector dos transportes. Deve-se sublinhar a novidade destes investimentos pois, como se sabe, durante o Antigo Regime, os rendimentos da aristocracia advinham essencialmente das rendas auferidas pela posse de bens da Coroa ou de bens vinculados. O investimento na banca, na indústria ou em outros sectores, tal acontece neste caso concreto, surge como uma novidade. Inevitavelmente, esta alteração de comportamentos pressupõe também uma mudança de mentalidade – o aristocrata começa a desempenhar actividades pouco comuns entre a nobreza de Antigo Regime. Esta alteração era já preconizada por D. Pedro de Sousa Holstein em 1820, como chama a atenção Valentim Alexandre. De facto, no rescaldo da levantamento militar na ilha de Leo, para que o mesmo não ocorresse em Portugal, D. Pedro escrevia a Saldanha da Gama como seria proveitoso estabelecer uma contribuição, para favorecimento do exército, de um terço, ou até mesmo metade do rendimento dos bens da Coroa e Ordem pertencentes à nobreza. Neste sentido, D. Pedro de Sousa Holstein era de opinião que o caminho para a nobreza, no âmbito de uma monarquia absolutista, teria de ser feito com base no sacrifício dos seus interesses económicos, que assentavam no seu estatuto privilegiado³⁴.

Relativamente aos bens de raiz, estes são, em ambas as Casas, constituídos por propriedades rústicas e urbanas, sendo que estas últimas estavam centradas, na grande maioria, em Lisboa. Aliás, são os concelhos de Lisboa, Setúbal, Palmela e Azeitão aqueles onde tanto a Casa Palmela, como a da Póvoa, possuíam maior número de propriedades. A Casa Palmela tinha também bens nos concelhos de Alenquer, Almeirim, Cartaxo, Santarém, Óbidos, Avis, Évora, Beja, e no distrito de Faro³⁵. Por seu turno, a Casa da Póvoa possuía propriedades no concelho de Sintra, Torres Vedras, Alverca, Santarém e Castelo Branco³⁶. Grande parte destes bens tinha origem em morgados ou capelas, embora houvesse também bens pertencentes à extinta Companhia de Jesus ou à Inquisição de Évora. De facto, a descrição das propriedades refere-o muitas vezes.

Quanto aos bens livres, estes eram constituídos apenas por bens de raiz, situados na maior parte dos casos junto ao concelho de Lisboa, na margem sul do Tejo e no Alto e Baixo Alentejo.

³⁴ ALEXANDRE, Manuel Valentim Franco, *Os sentidos do Império. Questão Nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, Lisboa, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1988, p. 887.

³⁵ Alfredo Pimenta, referindo-se aos vínculos da Casa Palmela, refere que se situam em Lisboa, Santarém, Évora, Beja e Faro. Cf. PIMENTA, Alfredo, *Vínculos portugueses, Catálogo dos Registros vinculares feitos em obediência às prescrições da Lei de 30 de Julho de 1860 e existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 37.

³⁶ Alfredo Pimenta, referindo-se aos vínculos da Casa Póvoa, refere que se situam em Lisboa, Lumiar, Loures, Sintra, Setúbal, Sesimbra, Santarém, Tomar, Castelo Branco, Évora, Elvas, Portalegre e Beja. Cf. PIMENTA, Alfredo, *Vínculos portugueses, Catálogo dos Registros vinculares (...)*, p. 37.

Grande parte das propriedades é constituída por prédios rústicos. No caso concreto da Casa Palmela, onde nos é indicado a aquisição do bem em questão, verificamos um peso significativo de bens que foram comprados já depois da revolução liberal. Registe-se a grande quantidade de bens adquiridos em Azeitão, antigos bens nacionais e adquiridos em hasta pública. Se a Casa Palmela teve, depois desta data, liquidez suficiente para adquirir tantos bens livres, também é certo que a revolução liberal contribuiu para tal, nomeadamente com a transformação em bens nacionais dos antigos bens das comendas e ordens, que posteriormente terá vendido. Além disso, D. Pedro, como regente, doara ao Duque de Palmela, a 25 de Abril de 1835, cem contos de réis admissíveis na compra de bens nacionais. Curiosamente, o investimento fundiário a que se terá dedicado o primeiro Duque de Palmela poderá ser entendido como um modelo arcaizante, onde a posse da terra continuava a ser sinónimo de riqueza.

Em resumo, o que importa reter é que, efectivamente, os rendimentos da Casa Póvoa eram substancialmente superiores ao da Casa Palmela. Enquanto esta possuía um peso bastante superior de rendimentos advenientes de propriedades urbanas ou rústicas, a da Póvoa apresentava rendimentos relativamente equilibrados quanto à origem – acções ou propriedades. Aliás, a existência de rendimentos de acções constitui uma novidade importante. No entanto, o peso dos encargos da Casa Póvoa era bastante superior ao da Casa Palmela, uma vez que investia bastante mais em seguros e obras.

Podemos, por isso, afirmar sem margem de dúvida, que o casamento do primogénito da Casa Palmela com a herdeira da Casa da Póvoa se traduziu em substanciais ganhos materiais. A obtenção desses ganhos foi premeditada, na medida em que o próprio primeiro Duque de Palmela afirma, num primeiro momento, que se trata de “assegurar uma fortuna pecuniária nestes tempos de revolução”³⁷ para depois afirmar que era algo “em que interessa o sossego de toda a minha vida e a sorte futura da nossa família”³⁸. Todavia, este casamento não resolveria, por si só, o problema das despesas da Casa Palmela. De facto, na década de 1840 e apesar de todas as suspeitas cerca do interesse dos Duques de Palmela no casamento de seu filho, D. Pedro de Sousa Holstein continuava a queixar-se dos gastos elevados. Assim, a 3 de Dezembro de 1843, escrevia à mulher dando conta dos elevados gastos com as mesadas entregues aos genros, pelo que deveriam ser reduzidas: “(...) Enquanto ao que me dizes das casas em paris parece-me sempre que conviria procurarmos alojamento no Faubourg St Germain, mas se a da Rua St Honoré estiver já tomada ainda que caríssima dar-nos-á tempo a arranjarmo-nos com

³⁷ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5809, Caixa 235, fol. 1258.

³⁸ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 104.

mais vagar. (...) Remeto-te a nota inclusa para lhe entregares. Nela verá claramente o Marquês das Minas que durante 29 meses só recebi de renda da sua casa 3.532\$000, o que depois de deduzidos os juros do dote, os pagamento das dívidas que eu me obriguei a pagar e o rendimento dos bens hipotecados que me obriguei a resgatar e que já estão hoje quase na totalidade livres para casa deixa ainda uma dispensa de perto de seis contos de reis que eles receberam de mais. Isto por mais que eu o desejo não pode continuar assim e será indispensável reduzir a mesada que recebem quanto muito a 500\$000 mensais. Faço-lhe presentes de todo o atraso (assim fiz já ao Conde das Alcáçovas cuja diferença era com tudo muito menor e cuja mesada também fui obrigado a reduzir), e assim mesmo não se as rendas da casa cobrirão o desembolso dos 500\$000 de mesada. À vista falarei com ela e com o marquês a fundo sobre estes negócios, mas convém não se fazer ilusões e não se habituarem a imaginar que tem com efeito de renda aquilo que até agora têm recebido e conviria que o Marquês se resolvesse mandar fazer aqui alguma economia vendendo bestas e despedindo criados.”³⁹

Isto, apesar de continuarem a desfrutar da fortuna de D. Maria Luísa, como podemos observar por esta carta de 27 de Dezembro de 1846: “(...) Tira o dinheiro que quiseses para ti e para o João Ribeiro, mas conta que este ano gastámos muito mais do que temos. Digo-te isto com toda a verdade e confesso-te que é com o maior escrúpulo que vejo que abusamos da fortuna da Maria Luísa, parecendo-me que em todos os ramos e mesmo nas esmolas pede a consciência que sejamos muito mais avarentos do que temos sido. Esta corda é tão sensível para mim e haveria tanto que dizer que não me atrevo a toca-la hoje mais a fundo.”⁴⁰

No ano seguinte, as elevadas despesas ainda eram tema de conversa. De facto, D. Pedro escrevia à mulher em 16 de Janeiro de 1847, dando-lhe conta das dívidas e das formas que entendia deverem-se tomar para resolvê-las: “(...) O pior é a despesa que estamos fazendo! Vejo pelas contas e pelas cartas do Francisco Maria que estamos endividados em perto de 15 contos de reis, aos quais é preciso prover já, assim como à continuação da despesa da Casa e da minha viagem. Para tudo isto é indispensável salvar dinheiro de Londres e as rendas têm diminuído enormemente pela falta de pagamento de apólices de juros em Portugal, das rendas das terras. Peço-te que juntes uma espécie de conselho com o Francisco Maria, o Mayer e o Domingos e que vejam se é possível estabelecer algum sistema de mais examinar porque na verdade receio que vamos caminhando para muitos embaraços. Sobre tudo é preciso tomar a resolução firme de não dar mais do que uma soma certa em cada mês, à Sr.^a Condessa da Póvoa não deve dar-se

³⁹ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5746, Caixa 171, fol. 312.

⁴⁰ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5746, Caixa 171, fol. 336.

mais e bom seria que ela soubesse que as rendas da sua filha tem diminuído muito, enquanto as dela não tem diminuição nenhuma. (...)”⁴¹. Para além das elevadas despesas, o problema era também o da diminuição das rendas da Casa da Póvoa e a falta de pagamento das apólices de juros, que agravavam a situação.

Como pudemos observar, a falta de liquidez, provocada pelo desequilíbrio entre os rendimentos e os gastos, foi uma realidade para a Casa Palmela, agravada pelo contexto resultante da instabilidade política vivida em Portugal e do exílio político daí decorrente. O recurso constante ao crédito foi uma das formas encontradas para fazer frente às dificuldades, a par da tentativa de redução das despesas domésticas. O proveitoso casamento do Marquês do Faial também trouxe os seus proventos, ainda que os problemas financeiros não tenham, de todo, desaparecido.

⁴¹ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5746, Caixa 171, fol. 352.

Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Militar, Caixa 196 A.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Arquivo da Casa Palmela*.

Fontes Impressas

Anuário da nobreza de Portugal, vol. I, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1950.

ARANHA, Inocêncio Francisco da Silva Brito, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Ofir – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. (CD-ROM).

CLEMENTE, Barão de S., *Estatísticas e biografias parlamentares portuguesas*, Liv. 1, Porto, Tipografia do Comércio do Porto, 1887.

FORJAZ, Jorge, *Os Teixeira de Sampaio da Ilha Terceira*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*, vol. X, Braga, edição de Carvalhos de Basto, 1992.

PIMENTA, Alfredo, *Vínculos portugueses, Catálogo dos Registros vinculares feitos em obediência às prescrições da Lei de 30 de Julho de 1860 e existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1883.

Estudos Nacionais

ALEXANDRE, Manuel Valentim Franco, *Os sentidos do Império. Questão Nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, Lisboa, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1988.

MACHUQUEIRO Pedro Urbano da Gama, *A Casa Palmela e o desafio liberal: estratégias de afirmação*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2005 (policopiada).

MACHUQUEIRO, Pedro Urbano da Gama, “Dotar, Partilhar e Legar: o Património da Casa Palmela” in *XXV Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social: Portugal, a Europa e o Mediterrâneo: economias e sociedades históricas*, Évora, Novembro 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

PELÚCIA, Alexandra, “A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política Imperialista” in *A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, org. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Centro de História de Além-Mar/Instituto de Investigação Científica Tropical, 2004.